

RESUMO

Palavras-chave

Estudos Culturais; teoria das Humanidades; descolonização; interculturalidade.

Keywords

Cultural Studies; theory in the Humanities; decolonization; interculturality in graduate courses.

Biografia

José Jorge de Carvalho - M.A. em Antropologia Social (Etnomusicologia) & Ph.D em Antropologia Social, ambos títulos pela Universidade de Queen's de Belfast. Professor de Antropologia da Universidade de Brasília, Pesquisador 1-A do CNPq. Alguns livros publicados: *El Culto Shango de Recife* (com Rita Segato) - Venezuela; *Cantos Sagrados do Xangô do Recife*; *O Quilombo do Rio das Rãs*; *Mutus Liber*, *O Livro Mudo da Alquimia*; *Rumi - Poemas Místicos*; *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*; *Las Culturas Africanas en Iberoamerica: Lo Negociable y lo Innegociable* - Colômbia.

OS ESTUDOS CULTURAIS COMO UM MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NAS HUMANIDADES E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

José Jorge de Carvalho

Este artigo reproduz a conferência inaugural do Mestrado em Estudos Culturais proferida na Universidade de Santiago del Estero, na Argentina, em 3 de maio de 2007. Apresento um modelo teórico dos Estudos Culturais como uma atividade acadêmica e política fundamentalmente interdisciplinar que inova nas Humanidades e nas Ciências Sociais, desde a sua fundação em Birmingham, na Inglaterra, através de uma série de descentramentos que preenchem várias lacunas deixadas pelas disciplinas já estabelecidas, como a Sociologia, a História e a Antropologia. Entre esses movimentos de expansão e inclusão estão: a revisão dos parâmetros de prestígio atribuído às expressões culturais; a recolocação da relação entre centro e periferia na produção teórica; a ampliação do lugar étnico e racial do acadêmico, que antes era quase exclusivamente branco e que agora deve ser também negro e indígena. O modelo de Estudos Culturais apresentado pressupõe uma atitude descolonizadora face o eurocentrismo dominante nas nossas universidades, uma empatia em relação à nossa realidade cultural e uma concepção intercultural do currículo da nova pós-graduação que ora se inicia.

ABSTRACT

CULTURAL STUDIES AS A MOVEMENT OF INNOVATION IN THE HUMANITIES AND IN THE SOCIAL SCIENCES

This article reproduces the inaugural lecture for the opening of a M.A. in Cultural Studies given at the University of Santiago del Estero, Argentina. A theoretical model for Cultural Studies is here presented as an academic and political activity which is basically interdisciplinary and which constitutes an innovation in the Humanities and in the Social Sciences since its foundation in Birmingham, England, through a series of decenterings which fill various lacunae left by the established

disciplines. Among these movements of expansion and inclusion we can find: a revision of the parameters of prestige assigned to cultural traditions; the questioning of the relationship between center and periphery in theoretical production; the widening of the ethnic and racial aspect of the academic, who previously was almost exclusively white and who now should be black and Indian as well. The model for Cultural Studies here presented implies a decolonizing attitude towards the Eurocentric perspective which dominates our universities; an empathy towards our cultural reality, and an intercultural conception of the curriculum of the new Graduate course in Cultural Studies which is now being opened.

OS ESTUDOS CULTURAIS COMO UM MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NAS HUMANIDADES E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

José Jorge de Carvalho

Começar agora um curso de pós-graduação em Estudos Culturais na Argentina – e muito particularmente através de uma rede de universidades do Norte do país, com uma distância intelectual e política estratégica da capital federal – significa praticamente refundar, ou pelo menos renovar a proposta disciplinar inicial dos Estudos Culturais, surgida na Inglaterra nos anos sessenta. Esse ato de fundação/re-fundação deve ser tomado como um ato radical de liberdade intelectual, daí seu potencial de inovação acadêmica. 1

Tentarei sugerir algumas linhas dessa inovação, que seriam na realidade atos de descentramento. Pensemos que a fundação dos Estudos Culturais na Inglaterra se deu através de uma seqüência de descentramentos e rupturas radicais. Refundá-los aqui e agora, em Santiago del Estero, na Argentina e na América do Sul implica em provocar novos descentramentos em relação à quase centralidade que já hoje ocupam as cátedras de Estudos Culturais nas universidades dos países de língua inglesa do Primeiro Mundo, muito particularmente da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Austrália. Em vez de copiar o gesto inicial, ou de transplantar, como uma mera tradução espaço-temporal, a sua agenda de origem, espera-se um gesto criativo, de modo a adaptá-lo positivamente para que corresponda às necessidades e às expectativas desta rede de universidades do Norte argentino.

Não pretendo oferecer aqui uma história dos Estudos Culturais em geral, nem muito menos resenhar com detalhadamente a sua presença na América Latina. Certamente, já contamos com experiências anteriores de abrir cursos nessa área de estudos, tanto na Argentina como na Colômbia, no Equador e no Chile e o intercâmbio com esses programas há de formar parte obrigatória do esforço de

1 Este é o texto da conferência inaugural do Mestrado em Estudos Culturais que proferi na Universidade de Santiago del Estero em maio de 2007. Agradeço à Profª. Beatriz Ocampo pela gentileza do convite e ao Reitor da UNSE pela carinhosa acolhida. Sou também grato a Gerlaine Martini pela tradução do texto original da conferência em espanhol. Decidi manter o tom coloquial da minha apresentação, que assumiu um tom mais programático e menos técnico do ponto de vista teórico e conceitual. Um novo descentramento se fará necessário ao traduzir as questões pensadas para essa pós-graduação na Argentina para o caso de uma refundação dos Estudos Culturais no Brasil, processo ainda em curso.

refundação que ora se inicia.

Não se trata de que sejamos colonizados pelo modelo britânico ou norte-americano de Estudos Culturais. Em primeiro lugar, está a dimensão lingüística da tarefa de descolonização. Os Estudos Culturais nos países anglo-saxões são, na verdade, Estudos Culturais de Língua Inglesa. De nossa parte, interessa-nos desenvolver reflexões e intervenções na realidade que sejam formuladas em espanhol e quéchua, no caso do Grande Norte argentino; e em português, no caso brasileiro.

Primeiro, gostaria de resumir brevemente como se deu a fundação dessa (inter)disciplina. Não custa repetir que o que se denomina Estudos Culturais é uma atividade acadêmica de herança claramente britânica. O termo “Cultural Studies” foi criado em 1963 por Richard Hoggart, autor de um dos livros precursores dessa área de estudos, *The Uses of Literacy* (Os usos da Alfabetização, de 1957) e que também foi o fundador do hoje célebre e quase mítico Center for Contemporary Cultural Studies (Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos), da Universidade de Birmingham. Depois de Hoggart, também Raymond Williams utilizou o termo em sua importante obra *Cultura e Sociedade 1780-1950*, publicada em 1958. Finalmente o termo aparece também no livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Edward Thompson, de 1963, uma das obras de maior referência no campo da História e das Ciências Sociais de tradição

britânica.

A origem comum do esforço intelectual desses três autores foi a tentativa de revisar e desenvolver a teoria marxista da cultura. Como se sabe, os escritos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre arte e literatura ficaram dispersos e fragmentados ao longo de toda sua vastíssima obra, não havendo ainda sequer uma antologia que se possa dizer completa e satisfatória de suas reflexões sobre o campo simbólico e estético. Todavia, a pergunta básica pela relação entre cultura e sociedade foi por eles colocada de um modo extremamente original, teoricamente convincente e ainda pertinente nos dias de hoje. Um dos temas básicos, portanto, dos Estudos Culturais, é a formulação de modelos acerca das articulações complexas entre a ordem simbólica geral e as expressões culturais formalizadas. Dito nos termos do vocabulário marxista clássico, trata-se de correlacionar, de um lado, o grande campo da superestrutura, da vida dos símbolos; e de outro, a produção e a reprodução da vida social, com suas dimensões material, política, econômica e ambiental.

Pensando na dimensão institucional do trabalho intelectual e acadêmico, a proposta do Centro de Birmingham surgiu para cobrir deficiências, silêncios, censuras e preconceitos sobre aspectos da produção cultural (temas, valores e práticas sociais e simbólicas) que não eram contempladas pela Sociologia, nem pela Antropologia, nem pela Literatura, nem

pela História e nem sequer pelos cursos de Comunicação. Ainda que nos pareça agora fácil perceber as lacunas tão óbvias deixadas por cada uma dessas disciplinas, assinalar suas limitações e propor uma visão integrada dos estudos da cultura em 1964 significou uma pequena revolução intelectual, política e ideológica no interior do espaço acadêmico britânico e ocidental. Abrir a área disciplinar dos Estudos Culturais, após quase um século de disciplinas estabilizadas, foi certamente um movimento por superar a fragmentação e as limitações temáticas do saber nas Humanidades e nas Ciências Sociais.

A primeira insuficiência que havia sido deixada pelos estudos de Literatura, aos olhos dessa consciência crítica que se desenhava na Inglaterra pós-guerra era que se concentravam somente nas obras canônicas da literatura inglesa. Até as obras críticas de linha marxista se limitavam a investigar a produção literária de elite. Ainda que essas obras se preocupassem em ressaltar a opressão e o sofrimento das classes populares (como a literatura realista e naturalista, por exemplo), ainda assim a adesão ao seu prestígio configurava uma contradição com o próprio ideário democratizante da postura marxista, balizada política e ideologicamente pelo protagonismo da classe trabalhadora. Os três autores fundadores já mencionados buscaram trazer ao circuito intelectual e político britânico a produção cultural da classe operária e dos camponeses ingleses. Eles propuseram, assim, uma

inversão radical na estrutura do prestígio acadêmico: decidiram insistir que era possível exercer a mesma abordagem teórica e metodológica para um romance de Charles Dickens e para um folhetim de imprensa do interior. Obviamente, quando foi instalado, o Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos teve que enfrentar a hostilidade dos departamentos de Sociologia e de História, além dos de Letras e Teoria Literária.

A leitura sociológica também era insatisfatória porque nela predominava a posição da neutralidade axiológica tão bem representada pela teoria weberiana. E a atitude dos fundadores dos Estudos Culturais era justamente não deixar perder a dimensão emancipatória do saber acadêmico, até então definido hegemonicamente como objetificador, positivista ou neutro. Dito de outro modo, o paradigma sociológico clássico prometia um saber acadêmico científico, enquanto o paradigma marxista, ou crítico, assinalava a necessidade do exercício intelectual comprometido com a cidadania e justiça social (a famosa praxis). Na verdade, podemos entender os Estudos Culturais como uma tentativa de preservar a prática intelectual (entendida como um par intervenção-reflexão crítica no mundo) no interior da instituição acadêmica, que sempre foi vista como um claustro separado do mundo. Se conseguirmos permanecer estimulados e com uma disposição intelectual criativa na esfera acadêmica, já cumpremos com o que seria para mim a principal

inovação implícita na proposta inicial dos Estudos Culturais: liberar a energia intelectual para a pesquisa livre de amarras disciplinares e o compromisso com todas as expressões culturais e com os processos de mobilização social que as geraram e aos quais elas conduzem.

Por sua parte, os estudos de História haviam até então privilegiado as vidas e os processos sociais das elites. A importância intelectual e política, no meio acadêmico daquela época, do livro de Edward P. Thompson decorreu de sua proposta de resgatar a memória das lutas, das expressões simbólicas, do horizonte de vida e da dignidade própria das classes populares inglesas. Seu livro veio valorizar uma consciência histórica importante, qual seja, a de que as classes trabalhadoras foram ao mesmo tempo sujeito e objeto da revolução industrial e da instalação definitiva do capitalismo como base de organização da vida – individual e coletiva – até hoje, nas sociedades industrializadas, primeiro no Ocidente e agora praticamente em todo o mundo.

Os estudos de Comunicação também haviam chegado ao limite da sua capacidade de influir positivamente na democratização da esfera pública, porque se dedicavam, sobretudo, aos meios industriais de comunicação – rádio, imprensa, televisão – e não às outras tradições populares que ainda circulavam através de rituais e meios expressivos comunitários. De fato, os Estudos de Comunicação, que em geral interagem mais de perto com os grandes

monopólios midiáticos e privam de maior intimidade com os mecanismos que bloqueiam a construção da tão almejada esfera pública, livre e plural, foram os que mais rapidamente se transformaram a partir de um diálogo mais aberto com os Estudos Culturais – a ponto de que os Estudos Culturais costumam ser uma disciplina oferecida em muitas Faculdades de Comunicação.

Finalmente, o caso da Antropologia talvez seja o mais emblemático de todas essas exclusões disciplinares conservadoras. Apesar de que, por definição, o conceito antropológico de cultura devesse acolher todas as expressões simbólicas do homo sapiens sapiens em todo o planeta, a Antropologia britânica nos anos sessenta se dedicava quase integralmente às culturas ditas primitivas ou aos camponeses do Ocidente visto como pré-moderno e sub-industrializado (como o Mediterrâneo, a Europa Oriental e a Península das Balcãs). Em suma, a Antropologia Social (e o mesmo valia para as outras duas antropologias centrais, a francesa e a norte-americana, ambas de cunho mais culturalista) não acumulava quase nenhuma reflexão sobre as culturas urbanas do mundo moderno e nem sequer se interessava pelas culturas populares tradicionais, as quais eram estudadas pelos folcloristas, estudiosos que haviam sido completamente desacreditados no universo acadêmico considerado de grande prestígio.

A revolução dos Estudos Culturais nos anos sessenta do século

passado abriu inteiramente o leque de interesses por todas as formas de produção e expressão cultural: a literatura escrita, a literatura oral, a cultura urbana, a cultura juvenil, os programas de televisão, as revistas, a publicidade, as questões de gênero, étnicas e raciais, a diversidade sexual, as identidades múltiplas da sociedade moderna e pós-moderna, a cultura dos migrantes e a cultura dos ciborgues. Enfim, algo que agora parece óbvio, mas que não o era faz quatro décadas: que todas as expressões culturais merecem ser estudadas, interpretadas e que todos os grupos humanos e movimentos sociais também são dignos de reflexão por parte da academia, por mais frívolos, insólitos, extremos ou triviais que possam parecer à primeira vista. Foi como se a promessa do relativismo cultural da Antropologia tivesse sido finalmente cumprida, mas com um compromisso nítido: todos os grupos sociais e suas expressões culturais podem (e devem) ser estudados, porém a prioridade será revisada e em muitos casos invertida ou revertida em relação à pirâmide de prestígio atribuída pela academia às tradições culturais: expandir o horizonte dos saberes implica acolher em primeiro lugar, ainda que de um modo contingente, temporário e estratégico, as culturas populares e as tradições dos grupos étnicos e das minorias.

É sintomática, nesse sentido, a reação conservadora de um antropólogo tido como crítico, como George Marcus, que nos anos oitenta quis questionar o cânone tradicional da disciplina

propondo um paradigma de “crítica cultural” para a Antropologia, inspirado de perto na abordagem dos estudos Culturais. Já nos anos noventa, passou a defender a identidade disciplinar da mesma Antropologia argumentando que, uma vez passada a “moda” dos Estudos Culturais, já se poderia regressar à boa e sólida tradição etnográfica que se supõe ser a marca do trabalho antropológico. Daí a escolha do título de sua coletânea (*Ethnography through thick and thin*), cuja estratégia é tentar colar a idéia de etnografia à disciplina antropológica, quando justamente os Estudos Culturais vêm ampliar o escopo temático e metodológico da atividade etnográfica, mostrando que se trata de uma prática que já não é exclusiva da Antropologia.²

Paralelamente a essa democratização intelectual das exclusões praticadas pelas disciplinas acadêmicas estabelecidas, veio também a contraparte de democratização social das classes populares com o projeto de alfabetização de adultos, desenvolvido por Hoggart, Williams e Thompson, que formavam parte da *Workers's Educational Association* (Associação Educacional dos Trabalhadores), entidade de âmbito de atuação nacional. Em princípio, essa atividade foi concebida como uma contribuição externa ao ensino superior externa que em nada tocava o estilo de ensino e pesquisa dos claustros onde esses intelectuais haviam estudado.

Aqui, devemos sublinhar que

2 Ver Marcus (1998).

o tema da amplificação da participação popular no mundo acadêmico esteve na base do projeto dos fundadores dos Estudos Culturais. Incorporar adultos como sujeitos no diálogo universitário significou uma descentralização radical nesse ambiente acadêmico rarefeito de Oxford e Cambridge, verdadeiras torres de marfim que davam os ombros aos movimentos sociais e rechaçavam abertamente qualquer compromisso político ou envolvimento na esfera pública em nome de uma ciência pura que não poderia ser “contaminada” pelo mundo da vida. Os fundadores dos Estudos Culturais começaram por alfabetizar adultos e mais tarde repatriaram o ideário democratizante desse projeto de inclusão para o interior das universidades britânicas de elite.

Evidentemente, nós nas universidades do Brasil, Argentina e toda a América Latina somos herdeiros da mesma concepção asséptica, elitista, segregada e excludente de vida acadêmica anterior aos Estudos Culturais. Como se não bastasse ter que enfrentar o colonialismo acadêmico eurocêntrico e imperialista dos países centrais do Ocidente, teremos que lutar também contra sua contraparte interna, ou seja, o colonialismo interno que duplica, no interior das nossas nações, o mesmo modelo excludente de prática acadêmica gerada nos países centrais do processo histórico de ocidentalização do mundo.

Em 1968, o Centro de Birmingham passou a ser dirigido por Stuart Hall, sem dúvida o quarto

intelectual importante na formação dos Estudos Culturais. A indicação de Hall significou igualmente mais um importantíssimo movimento de descentralização na plataforma inovadora dessa disciplina. Além de ser um cidadão britânico, Stuart Hall é também um jamaicano que chegou à Inglaterra na condição de imigrante e que foi inserido na sociedade branca europeia como um negro caribenho. Hall foi, se não o primeiro, pelo menos um dos primeiros acadêmicos negros de primeira linha que surgiu no campo das Humanidades na Inglaterra. Com sua grande autoridade intelectual, Hall contribuiu para uma re colocação do estereótipo racial de um acadêmico europeu, que até hoje está colado à imagem de um homem branco. Fiel à tradição de compromisso social de seus co-fundadores, ele trabalhou também na Open University (A Universidade Aberta), que constituiu também um projeto de grande alcance altamente democrático da política do governo trabalhista britânico dos anos setenta. Ensinar na Universidade Aberta implicou escrever manuais didáticos que aproximaram os estudantes – jovens e adultos, em geral das classes populares – de temas emergentes, como as identidades de imigrantes, de não-brancos, de trabalhadores, de brancos periféricos (irlandeses, etc).

Além de inovar no projeto pedagógico de ensino superior, inovou-se também no modo de apresentar as mensagens, os dados, as idéias e as teorias disciplinares e interdisciplinares. Os

cadernos da Universidade Aberta possuem um formato de texto acadêmico mais interativo, polifônico, coletivo e menos autoral e monológico que o típico livro acadêmico das disciplinas estabelecidas. Coerente com esse princípio, a escrita de Hall visa sempre ser didática, sintética, direta e orientada a oferecer respostas ou indagações acerca de dilemas postos pela conjuntura política, cultural e social, ainda que nem por isso menos profunda. Certamente suas preferências por autores densos discursivamente, como Karl Marx, Michel Foucault e Jacques Lacan não deixam de carregar a sua escrita de uma dimensão de alta complexidade. Contudo, essa densidade teórica é por ele trabalhada para que não se transforme em um mero virtuosismo, traço ainda dominante entre vários acadêmicos dos países centrais e que continua sendo reproduzido, com maior ou menor sucesso, por muitos acadêmicos dos nossos países. Além disso, Hall pratica um tipo de engajamento explícito e sofisticado que tem inspirado inúmeros especialistas em Estudos Culturais e que é ainda minoritário nas Humanidades e nas Ciências Sociais, tanto nos países centrais do Ocidente como nos nossos.

Tive a oportunidade de estudar no Reino Unido justamente na época em que os Estudos Culturais se consolidavam e pude perceber o impacto que causavam nas disciplinas de Antropologia, Arte e Sociologia. No caso da minha disciplina de origem, pude observar que tanto a Antropologia Social britânica quanto a Antropologia francesa, ambas dedicadas

quase exclusivamente ao estudo das sociedades não-européias em sua maioria ditas “primitivas” (ou seja, pré-industriais e sem estado; à Sociologia correspondia o estudo das sociedades industriais e com Estado), demonstravam uma total rejeição aos temas desenvolvidos pelos teóricos de Birmingham. Uma prática por eles utilizada e que me parece ainda inspiradora foi a da publicação de uma série de panfletos (na verdade, textos para discussão) que expressavam as primeiras versões da descrição e análise de temas culturais heterodoxos, como as chamadas “sub-culturas” juvenis urbanas e suburbanas (os “punks”, os “mods”, os “teddies”, os “skin-heads” etc).

Pareceu-me especialmente instigante, naquele ambiente extremamente conservador e formal da academia britânica, um panfleto sobre “O Significado do Monstro de Loch Ness (The Meaning of the Loch Ness Monster, de Grimshaw e Lester), uma reflexão sobre o complexo campo discursivo que girava (e ainda gira) em torno da existência ou não de uma família de animais pré-históricos, próximos em imaginário de um dinossauro, supostamente visto por inúmeras pessoas em um lago na região de Inverness, na Escócia. Esse panfleto sintetiza muito da abordagem fluida e aberta dos Estudos Culturais.³ Em primeiro lugar, uma atenção, ainda que não exclusiva, ao imediato e ao efêmero (atitude em geral rejeitada pelas disciplinas estabilizadas das Humanidades e das Ciências Sociais

3 Ver Grimshaw & Lester (1976).

que enfatizam expressões culturais mais “enraizadas” espacial e temporalmente e supostamente mais “nobres” e de maior prestígio no interior do próprio mundo acadêmico das disciplinas). Em segundo lugar, procura interpretar a controvérsia acerca do monstro a partir de uma abordagem que pode ser tomada como uma definição prática, não-autorizada, provisória e não substantiva do que sejam os Estudos Culturais: uma ênfase na dimensão discursiva da cultura; a relação entre a base material e social de circulação dos discursos; e a estrutura de poder que condiciona a sua circulação. Enfim, uma incorporação, dentro de uma tradição que se identifica como marxista, do modelo foucauldiano de análise das instituições culturais. Há uma frase do ensaio que parece representar, através da bivocalidade bakhtiniana, o próprio ideário teórico dos Estudos Culturais, que é primariamente hermenêutico: “Como regra, nunca se pode demonstrar qual seria o significado definitivo de nenhum fenômeno deste tipo. Nesse sentido, o futuro do Monstro é algo em aberto. Evasivo ele pode ser, mas estamos seguros de que ele não escapará à interpretação”.

Podemos resumir do seguinte modo os descentramentos fundantes da proposta dos Estudos Culturais:

a) o questionamento dos cânones da cultura nacional. Não se tratava mais de confirmar os estudos da cultura das elites e dos centros de poder, mas de valorizar a cultura das

classes populares e das regiões afastadas, ou seja, trazer as vozes não hegemônicas das províncias sufocadas pelo ambiente confinado e elitista dos claustros acadêmicos.

b) a descentralização da figura do acadêmico: conservador, branco, de classe média ou da elite, porém desconectado do sentimento popular. O próprio Raymond Williams veio de classe popular e mais de uma vez comentou a sensação de inadequação que experimentou ao ter que conviver na esfera rarefeita de Cambridge. O caso de Stuart Hall é, no entanto, mais radical que o de Williams, na medida em que veio de uma colônia caribenha e é negro. Neste sentido, rompeu com os estereótipos sociais e culturais emblemáticos da subalternidade pós-colonial: imigrante, originário do Terceiro Mundo, de classe popular, negro e falando com um sotaque inglês identificado pelo senso comum nacional como “baixo”, isto é, inferior em relação ao inglês de classe alta que ainda domina a academia britânica.

c) a descentralização das instituições e dos lugares estabelecidos de prestígio. O Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos surgiu em Birmingham, uma universidade que podia então ser considerada de menor status quando contrastada com as três universidades de maior prestígio do país: Oxford, Cambridge e Londres.

Na década de 80, assistimos a uma expansão internacional vertiginosa dos Estudos Culturais, a ponto de

que a disciplina passou a ser associada diretamente com a academia de língua inglesa, dentro e fora do Ocidente. Cresceu nos Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Índia, Hong Kong e Coréia do Sul (sempre como uma expansão da rede britânica original). Um balanço famoso dessa internacionalização foi o mega-congresso realizado na Universidade de Illinois em 1987, do qual se publicou um livro de quase 800 páginas cujo índice revela o amplo espaço de interesse teórico e temático que os Estudos Culturais já haviam alcançado naquela época.⁴ O conjunto de temas ali discutidos é excepcionalmente vasto, plural e desafiador, mesmo quando visto com os parâmetros atuais dos encontros das Ciências Sociais ou das várias áreas das Humanidades. Tratou-se de um evento multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar – proposta ainda rara na maioria das nossas universidades.

Algumas das críticas clássicas feitas a essa expansão extra-britânica diz respeito ao modo como os Estudos Culturais foram assimilado nos Estados Unidos. Já se tornou clichê dizer que uma vez que aportaram ao país da Disneylândia teriam passado por várias regressões em seu ímpeto crítico e inovador, tais como: diminuíram sua base marxista fundadora; enclausuraram-se de novo no interior do mundo acadêmico do mesmo modo que as disciplinas tradicionais que supostamente vieram substituir; tornaram-se mais superficiais teoricamente e mais triviais em seus

4 Ver Grossberg, Nelson & Treichler (1992).

temas de estudo. Penso que essa crítica é apenas parcialmente correta, porque essa fragmentação de interesses temáticos, abordagens teóricas e posicionamentos políticos tampouco foram inúteis ou sem conseqüência. No mínimo, democratizaram radicalmente o horizonte temático de um campo que sempre tende para o exclusivismo e o elitismo: o campo da cultura, entendida como as formas culturais, é dizer, a produção simbólica de um grupo, uma nação ou uma época. Além disso, as noções de superficialidade e relevância são sempre socialmente referidas: para o grupo envolvido em uma determinada sub-cultura ou qualquer outra rede de expressão simbólica, o que importa não é que ela seja ou não superficial, mas que tenha relevância para o grupo que dela se utiliza para expressar seus valores e expectativas de vida. Uma expressão cultural tido como “profunda” pode estar tão marcada simbolicamente pelos sinais de classe que diminui sua eficácia e seu poder de convocatória quando é reproduzida para outra classe ou segmento com menor status social que o daquele em que foi gerada.

Na direção oposta dessa acusação de superficialidade, o que vemos é uma ampliação e uma condensação do trabalho teórico no campo dos Estudos Culturais capaz de acolher uma vasta gama de teorias das Humanidades e das Ciências Sociais: marxismo, psicanálise, desconstrução, narratologia, teoria da imagem, etnomusicologia, teoria da performance, estudos subalternos,

teoria pós-colonial etc. As propostas narratológicas e de cultura visual de Mike Bal, a teoria da fala subalterna de Gayatri Spivak; a leitura da sociedade do espetáculo de Guy Debord; as teorias do hibridismo e da ambivalência discursiva de Homi Bhabha, Edouard Glissant e Néstor Canclini; a crítica de Jean Baudrillard à desapareção semiótica do mundo e seu correlato na produção e no consumo; a re-leitura marxista da cultura de massa proposta por Fredric Jameson; as teorias da colonialidade do poder e do saber de Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Santiago Castro-Gómez e outros. Nada disso pode ser chamado de superficial e deve servir de inspiração (e não de cânon teórico) para a recriação dos Estudos Culturais em nosso continente.

Com todos os problemas assinalados por seus críticos, não é mais sustentável nem convincente o cânon teórico e temático tradicional da Sociologia, Antropologia, Filosofia, História e demais disciplinas. A dimensão do poder nos estudos da cultura, a ilusão de um discurso transparente, de um sujeito cognoscente estável e centrado; o pressuposto de uma comunidade com limites espaciais e simbólicos reconhecíveis – enfim, todas essas disciplinas sofrem agora uma pressão e um risco de implosão de dentro para fora, a menos que ampliem seus horizontes teóricos e temáticos de algum modo análogo à revolução intelectual estimulada pelos Estudos Culturais.

Re-fundar os Estudos Culturais

aqui em Santiago del Estero no ano de 2007 significará exercitar novas e mais e fortes descentralizações:

a) Deslocar o eixo do centro do país para a província. Recordemos que o Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham começou periférico em relação ao eixo central da academia britânica e essa mudança da geografia do conhecimento teve conseqüências de um deslocamento epistêmico. Não obstante isso, dada a geopolítica colonial do saber/poder acadêmico entre Europa e América Latina, Birmingham e a língua inglesa são centrais em relação a Buenos Aires e à língua espanhola. Conseqüentemente, o curso de Estudos Culturais aberto na Universidade de Buenos Aires sob a direção de Beatriz Sarlo e Nestor García Canclini já significou uma tentativa de adaptar o formato britânico original e sua versão norte-americana à realidade de uma região cosmopolita da Argentina e da América Latina.⁵

Sua repatriação argentina (colocá-lo em Santiago após a experiência de Buenos Aires) significará uma dupla descentralização: enquanto Buenos Aires controla um certo discurso sobre a cultura nacional Argentina, Santiago del Estero e as demais universidades do Grande Norte afirmarão outro

5 Sobre essa relação de dependência e de mal-entendidos entre os acadêmicos latino-americanos e os norte-americanos, Nestor Canclini desenvolveu uma excelente reflexão ao relatar sua experiência de “desencontros” com uma acadêmica norte-americana especializada na cultura da América Latina (Canclini 2003).

discurso de cultura nacional, sensíveis às ricas tradições culturais da região e a processos culturais, sociais e espirituais específicos, muito distintos dos que ocorrem na megalópolis portenha. Essas descentralizações multiperiféricas conduzem à reconstrução desse projeto acadêmico no Sul não-hegemônico – e poremotivo, a desigualdade acadêmica estrutural do sistema-mundo deverá ser assunto de reflexão crítica do Mestrado em Estudos Culturais. O distanciamento do centro hegemônico deverá ser trabalhado a favor do Mestrado e não contra ele. O famoso discurso do déficit e da carência (“não temos isso”, “não somos isso”, “não estamos lá”) poderá ser tomado como objeto de reflexão – como diria Jameson, deverá ser historicizado, desconstruído e interpretado como um discurso que surgiu e se instalou em um determinado momento da nossa história sob determinadas condições de colonialidade e diferença inferiorizante.

Por exemplo, trata-se de re-fundar uma disciplina claramente britânica, em sua origem, e de língua inglesa em seu desenvolvimento, em um ambiente intelectual de língua espanhola. Toda a rica tradição de intelectuais, escritores e pensadores latino-americanos poderão ser incorporados – como Carlos Mariátegui, José Martí, Darcy Ribeiro, García Márquez, Octavio Paz, assim como os grandes artistas e intelectuais das províncias do Grande Norte.

Além do ambiente da cultura hispânica letrada, as múltiplas tradições culturais e folclóricas da região serão

incorporadas a esse projeto. E aqui teremos uma descentralização radical em relação a todos os modelos de Estudos culturais em língua inglesa desenvolvidos nos países anglo-saxões centrais. E que há de comum entre esses países em termos das características de sua produção simbólica? O fato de que são todos altamente industrializados, a tal ponto de organização tecnológica da vida que não contam mais com tradições culturais criadas na era pré-industrial.

Os teóricos anglo-saxões têm desenvolvido uma teoria das tradições culturais muito pouco adaptadas ao nosso contexto, simplesmente porque os acadêmicos desses países vivem em um ambiente de expressões simbólicas quase que exclusivamente industrializadas. Poderia dar um exemplo de uma área em que há muita produção nos Estudos Culturais ingleses: os estudos da chamada “cultura popular”. O que Stuart Hall, Lawrence Grossberg, Dick Hebdige, entre outros, chamam de “popular culture” não é exatamente o que chamamos de cultura popular no Brasil e o que chamam de cultura popular na Argentina. Para os teóricos de língua inglesa, “cultura popular” é a cultura que circula pelos meios industriais e massivos de comunicação. Dito de outro modo, cultura popular refere-se basicamente às expressões culturais geradas no interior da indústria cultural. Sintetizando um complexo raciocínio, o que há na Inglaterra e nos Estados Unidos é basicamente cultura popular comercial, raramente de escala mediana

e predominantemente de grande escala financeira e empresarial e que já opera, até mesmo em nossos países, com uma separação radical entre produtor e consumidor.

Desse modo, quando leio os livros ingleses sobre “popular culture” reconheço apenas uma ínfima parcela do nosso mundo cultural latino-americano. Por outro lado, nós chamamos de cultura popular (ou melhor, de culturas populares) a aquelas expressões artísticas e simbólicas que são ainda controladas pelas comunidades e pelos artistas – sejam eles mestres ou brincantes, como os chamamos: os grupos folclóricos de música, dança, teatro popular, artesãos etc. Trata-se de um universo cultural gigantesco, do qual nem sequer temos ainda um mapa nacional e continental muito preciso e que inclusive se expande constantemente, assumindo novas formas e enfrentando novos desafios, provocados justamente por seu valor de fetiche, sendo por isso mesmo muitas vezes espetacularizado pela indústria do entretenimento e pelo turismo.⁶ O que seria anacrônico na Inglaterra ou nos Estados Unidos (por exemplo, falar de folclore e cultura popular), não pode ser anacrônico no Norte argentino e em praticamente toda a América Latina, onde o folclore e cultura popular são as formas praticamente predominantes de expressão cultural.

Outra questão ainda muito pouco trabalhada nos Estudos Culturais

6 Para a discussão da espetacularização das culturas populares, ver Carvalho (2004) e Carvalho (2007).

britânicos e norte-americanos é o problema das culturas indígenas e da mestiçagem. Porém, aqui no Norte argentino, para onde convergem descendentes de africanos escravizados, descendentes de várias nações indígenas e comunidades de populações camponesas enraizadas na região desde a colônia, o problema da mestiçagem estimula a imaginação teórica e etnográfica para além dos estudos clássicos de etnologia. E a questão dos indígenas e dos mestiços nos coloca diante de mais uma inovação que creio importantíssima: a questão da interculturalidade e da inclusão étnica e racial.

Uma das expectativas da criação de um Mestrado em Estudos Culturais é que nos ajude a questionar as bases do eurocentrismo racista que caracterizou a fundação de nossas universidades na América Latina. No momento atual, em que há um grande movimento de crítica pós-colonial ao saber eurocêntrico difundido por nossas universidades, as propostas de interculturalidade são uma resposta criativa a esses padrões coloniais e neo-coloniais de saber científico e artístico, em geral excludentes em relação aos saberes locais; e (o que é igualmente grave) reprodutores de uma relação de subalternidade e de dependência simbólica e temática da nossa comunidade acadêmica com relação à comunidade acadêmica dos países centrais.

Aqui podemos nos inspirar em uma plataforma política assaz progressista que sempre esteve presente nos Estudos

Culturais: a integração étnica e racial. Desde o momento ainda inicial, em que Stuart Hall foi incorporado à produção teórico-metodológica e aos esforços de institucionalização dos Estudos Culturais, nunca mais parou a presença de pesquisadores não-brancos nos cursos dessa área. Na verdade, os Estudos Culturais sempre foram abertos à diversidade étnica e racial, não somente entre os estudantes, mas também entre os professores. A própria postura epistemológica dos Estudos Culturais exige a presença de não-brancos, de representantes dos grupos étnicos e raciais que sofreram as conseqüências do eurocentrismo racista das disciplinas acadêmicas ocidentais. O tema das ações afirmativas, por exemplo, que neste momento nos mobiliza fortemente nas universidades brasileiras, principalmente em torno da luta pelas cotas para negros e indígenas está presente, implícita ou explicitamente, nos textos e na postura dos especialistas da segunda geração em diante.

Vale a pena mencionar muito brevemente três programas de pós-graduação em Estudos Culturais já estabelecidos desde o final dos anos noventa do século passado: o Mestrado em Estudos Culturais da Universidade Javeriana da Colômbia, sob a coordenação de Santiago Castro-Gómez; o Mestrado em Estudos Culturais da Universidade Nacional da Colômbia em Bogotá; e o Doutorado Intercultural da Universidade Simón Bolívar do Equador, sob a coordenação

de Catherine Walsh. Este último é, a meu ver o programa mais acabado até agora, tanto acadêmica quanto politicamente porque já é intercultural não só na teoria, mas também na prática: inclui o quéchua como língua e conta com professores quechuas para ministrar as disciplinas do doutorado. Esses três programas se conectam com a rede de estudos pós-coloniais na América Latina.

É perfeitamente possível e altamente desejável interculturizar os conteúdos do Mestrado em Estudos Culturais para que as artes e as ciências da região norte da Argentina dialoguem com as artes e as ciências de origem européia e norte-americana. Esse movimento propiciará uma inovação de grandes e positivas conseqüências, não somente para a região Norte da Argentina como para as demais regiões, para a capital do país e para os demais países da América Latina – afinal de contas, o problema do saber colonizado e desconectado com a vida local e regional é o mesmo em todo nosso continente.

O ponto talvez mais importante da proposta de Birmingham de Estudos Culturais foi trazer dignidade e legitimidade a uma vasta gama de circuitos simbólicos surgidos no interior da sociedade de massa e que são veiculados pela indústria cultural. Acolher essas expressões culturais produzidas pelas chamadas sub-culturas foi um gesto tão inovador quanto reconhecer a importância das tradições culturais próprias das classes trabalhadoras. Ou seja, os Estudos Culturais avançaram

quando se propuseram a acolher as expressões culturais surgidas no contexto do capitalismo tardio, justamente o que não havia sido incorporado pelas disciplinas estabelecidas.

Em um movimento oposto, as disciplinas de Humanidades e Ciências Sociais de origem européia se estabeleceram em nossos países rechaçando as tradições culturais locais chamadas de folclore e cultura popular – ou seja, elas foram excludentes copiando a lógica de exclusão da academia européia com relação às tradições culturais pré-industriais. Se pensarmos no paradigma da modernidade como referência, vamos nos inspirar nos Estudos Culturais para acolher um dos espectros tidos como extremos do continuum cultural do mundo contemporâneo: o espectro popular ou folclórico. Enquanto nos países anglo-saxões tratou-se de expandir a cultura da modernidade para incluir as expressões ditas pós-modernas (negadas por um cânon demasiado estreito da Antropologia, da Sociologia, da Literatura e da Filosofia), no caso das universidades do Grande Norte argentino trata-se de abrir todo o espectro simbólico com que convivemos em um regime de simultaneidade e, às vezes (porém nem sempre), de paralelismo: as expressões culturais da modernidade (a assim chamada cultura clássica ou erudita, tanto européia quanto nacional); as novíssimas expressões da pós-modernidade (já incorporadas pelos cursos de Estudos Culturais de Buenos Aires e bem ilustrado pelo título de uma

obra de Beatriz Sarlo, *Buenos Aires Pós-Moderna*); e também (o que não fez parte do repertório original dos Estudos Culturais e que também não figurou muito na sua refundação portenha nos anos noventa) as expressões culturais tradicionais e folclóricas, incluindo a diversidade lingüística, a religiosidade popular, a música, o artesanato, as histórias regionais, etc.

Finalmente, entendo que há uma grande expectativa em relação a esse Mestrado e as universidades do Grande Norte argentino se encontram no momento e no lugar estratégicos para inovar nessa área de estudos acadêmicos e de compromisso político e intelectual com as comunidades da região. Contrariamente ao que possam pensar os que vivem na metrópole, os Estudos Culturais na chamada província de Santiago del Estero não terão que ser (e não o serão) Estudos Culturais provincianos. Muito pelo contrário, esta será a chance de que alcancem o máximo de abertura à diversidade e de que realizem de verdade o famoso espaço de cosmopolitismo que tanto se busca e que quase nunca comparece nem no imaginário nem nas práticas dos chamados centros metropolitanos.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, José Jorge *Metamorfoses das Tradições Performáticas Afro-Brasileiras: de Patrimônio Cultural a Indústria de Entretenimento*. Em: *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, 65-83. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, Série Encontros e Estudos, 2004.
- _____. *Espetacularización y Canibalización de las Culturas Populares*. Entrevista a José Jorge de Carvalho por Cristina Mateu, *La Marea*, Año 14, No. 28, 4-9, 2007.
- CANCLINI, Néstor García *Desencontros entre um antropólogo latino-americano, um sociólogo espanhol e uma especialista estadunidense em estudos culturais*. Em: *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CEVASCO, Maria Elisa *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- GRIMSHAW, R. and P. Lester *The Meaning of the Loch Ness Monster*. Occasional paper. Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham. 42pp., 1976.
- GROSSBERG, Lawrence, Cary Nelson & Paula Treichler (eds) *Cultural Studies*. New York: Routledge, 1992.
- HOGGART *The Uses of Literacy* Londres: Chatto & Windus, 1957.
- HALL, Stuart *Marcos para os Estudos Culturais*. Em: *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*, 131-244. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MARCUS, George *Ethnography through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SARLO, Beatriz *Una Modernidad Periférica: Buenos Aires*. Buenos Aires: Visión, 1988.
- _____. *Tiempo Presente. Notas en el Cambio de una Cultura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001.
- THOMPSON, Edward *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- WALSH, Catherine (ed) *Estudios Culturales Latinoamericanos. Redes desde y sobre la Región Andina*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2003.
- WILLIAMS, Richard *Cultura e Sociedade 1780-1950*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- _____. WILLIAMS, Raymond *Palavras-Chave*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *La Política del Modernismo*. Buenos Aires: Manantial, 2002.